

O crescimento mediocre

26 MAI 1997

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO *

O crescimento da economia brasileira entre o primeiro trimestre de 1996 e o primeiro trimestre de 1997 foi de 4,2%. Descontados os fatores sazonais, a queda de 4,3% sobre o final de 1996 representa uma queda de 0,75%, o que enseja uma crítica à estratégia de estabilização, que costuma provocar polêmica dentro do próprio governo. Está aberto o espaço para mais um período de dúvidas quanto aos rumos da política econômica: a de que o Plano Real representa uma opção pelo crescimento mediocre, pelo fato de que já devemos rever para baixo as projeções de crescimento para este ano e possivelmente para o próximo. Se a estabilização estiver de fato consolidada ao final de 1998, quando olharmos para trás, dentro de alguns anos, os custos em termos de crescimento terão sido bem pequenos.

Não há crescimento observado nos últimos anos, nada além daquilo que os economistas denominam de recuperação cíclica, ou seja, essencialmente ocupação de uma capacidade produtiva preexistente. Entre o segundo trimestre de 1987 e o terceiro trimestre de 1992, o PIB brasileiro encolheu a uma taxa média de 0,5% ao ano, passando a recuperar-se desde então a uma taxa média anual de 6,4% até o aperto monetário de 1995. Tal desempenho é bem próximo à taxa histórica e longe de ser mediocre: só não era sustentável, pois não propiciou uma recuperação do investimento.

O próprio presidente, em recente entrevista à revista *Veja*, mostrou uma surpreendente versão para o papel das reformas: afirmou que não as considerava essenciais para a estabilização, e que a urgência das mesmas poderia ser fruto de um desvio ideológico dos economistas. Talvez haja, de fato, um desvio ideológico no diagnóstico de ser a reforma do Estado essencial para que o crescimento futuro da economia não seja mediocre, porém mas não acredito que os economistas do governo creiam que manutenção da inflação baixa dependa da reforma do Estado.

A continuidade do sucesso da estabilização depende da diminuição permanente das necessidades de financiamento do setor público, de modo que o governo não precise de mais inflação para fechar suas contas e que não haja descontrole monetário. Neste caso, se não houver a modernização do Estado para o crescimento, as esperanças da sociedade brasileira aí sim estarão restritas a um crescimento econômico modesto, compatível com uma reduzida taxa de investimento. Depois da parada de 1995, a recuperação mais recente já dá sinais de esgotamento, e isso explica o crescimento com que temos de nos contentar, provavelmente neste ano e no próximo.

Em uma etapa posterior, como resultado do aumento do investimento, a incorporação de maiores quantidades de capital, mão-de-obra e de recursos naturais ao processo produtivo pode até garantir alguns anos de maior crescimento. Contanto que o aumento de investimento que se faz necessário possa ser acompanhado por aumento da poupança interna. Caso contrário, a fragilidade do crescimento será definida pela sustentabilidade, ou não, dos aportes de poupança do exterior. Ser frágil não significa nem ser mediocre nem ser efêmero, como ilustram algumas experiências de crescimento muito rápido neste século.

A economia soviética, por exemplo, cresceu muito rapidamente com base em um aumento notável da poupança e do investimento liderado pelo Estado. Enquanto os chamados tigres asiáticos maravilharam os analistas, a partir de uma combinação de aumento da poupança doméstica, com a utilização abusiva do endividamento das empresas junto aos bancos, apoiada na entrada de capitais externos. O esgotamento do crescimento soviético deveu-se a não ter sido vencido o desafio da conversão do progresso técnico em maior eficiência econômica, apesar dos notáveis avanços obtidos na ciência e na educação. Já para os tigres, é esperada uma queda no desempenho global nesta segunda metade dos noventa, exatamente pela dificuldade de aumentar a produtividade total dos fatores de produção.

Para ter-se um crescimento maior, deve-se incorporar mais capital à produção, o que significa aumentar o investimento, mas também deve-se criar condições para que aumente a eficiência no uso dos fatores. A reforma do Estado deve permitir que sejam liberados recursos para a melhoria da infra-estrutura física (estradas, transportes, portos e energia) e da infra-estrutura social (saúde, educação, pesquisa científica). Para que este crescimento, além de ser não mediocre, seja também sustentável, não pode ser sobressaltado pelas instabilidades que caracterizaram a economia brasileira nos últimos anos. Não ser mediocre dá trabalho e não se resume a aumentar o gasto público e baixar os juros.